

Atualmente, em diversos países, observamos uma ostensiva reação conservadora em relação aos direitos gays e de outras minorias políticas. Gays, lésbicas, transgêneros, mulheres, imigrantes e minorias étnicas têm se confrontado diariamente com apelos reacionários para que sociedades, Estados e governantes não aprovelem leis e políticas públicas que configurem conquistas e direitos desses segmentos. Em diversas partes do mundo, personalidades públicas, ocupantes de posições de poder e setores conservadores da sociedade têm se pronunciado com violência contra a realização de avanços verdadeiramente civilizatórios, representados pela inclusão de indivíduos e grupos sociais até aqui excluídas da cidadania plena.

Embora, nesses diversos países e de diferentes culturas, o número de pessoas com práticas homoeróticas (identitárias e não identitárias) esteja longe de ser secundário, o segmento LGBT continua sendo politicamente minoritário, e tem sido um dos mais duramente atingidos pela violenta reação conservadora. Reconhecimento recusado, insultos, ameaças e agressões de todo tipo (delas que resultam em assassinatos, prisões, execuções) efetuam-se de muitas maneiras, contando com a cumplicidade de governantes, mídia e instituições diversas. E não há um só dia que não se colha uma cena e discursos de ataque aos gays, lésbicas e transgêneros, seja para desmerecê-los em seus direitos, seja para ofendê-los com conceitos que continuam descrevendo-os como anormais, perversos, abjeções, isto é, como “casos patológicos de comportamento sexual”, como são descritos os homossexuais desde o século XIX em compêndios médicos. E a verdade é que, não obstante as conquistas, as práticas erótico-sexuais e de gênero dissonantes daquelas legitimadas na cultura heterocêntrica continuam a ser patologizadas.

Talvez nenhuma outra bandeira política de direitos tenha merecido tanto ataque que a do reconhecimento legal do casamento gay e da adoção por gays. Em diversos países, as iniciativas de governos e movimentos sociais em propor a aprovação de leis e políticas públicas voltadas a pessoas LGBT têm suscitado a reação sobretudo de setores religiosos reacionários, que têm buscado manipular a opinião pública com mentiras, distorções e desinformação, com claras intenções de produzir pânico moral e colocar parcelas da sociedade contra os avanços representados pela institucionalização dos

direitos gays. No Brasil, mesmo o governo federal, de tendência progressista, admitiu tornar-se refém da chantagem religiosa reacionária, ao abrir mão de implantar o programa Brasil sem Homofobia nas escolas e ao deixar de, ele próprio, apresentar projetos de lei ao Congresso Nacional que viabilizem os direitos gays, como o casamento gay, entre outros exemplos.

E se, como destacou recentemente revista brasileira, “o casamento igualitário salta para o primeiro plano da luta cultural nas principais nações do mundo”, o fato é resultado da luta dos LGBT organizados e de grupos políticos progressistas e democráticos. Mas fato que não tem sido, todavia, acompanhado pela mudança de mentalidade de toda a sociedade. Permanecem existindo amplos setores, nos diversos países, contrários a todas as mudanças que representem avanços emancipatórios no plano das concepções sobre sexualidade, identidades de gênero, moralidade sexual etc. Liderados principalmente por grupos religiosos reacionários (principalmente dos três grandes monoteísmos existentes: judaísmo, cristianismo e islamismo) – mas que não expressam necessariamente todo o pensamento de suas religiões, e há mesmo setores delas que não se posicionam da mesma maneira –, uma parte da sociedade tem se manifestado radicalmente contrária ao estabelecimento do casamento gay e da adoção por gays, com apelos ao Estado que sequer podem ser escutados, dado que se apoiam em posicionamentos religiosos particulares, o que, pois, não pode ser assumido pelos Estados, que, por definição, são laicos. A bandeira do casamento gay e da adoção por gays, não somente está no primeiro plano da luta cultural contemporânea, ela é talvez, juntamente com a legalização do aborto, a última bandeira de desafio aberto a que os Estados modernos assumam a definição completa de sua laicidade. O que não ocorre até aqui, visto estes mesmos Estados submeterem-se a morais religiosas, embora sem assumir, estas também muitas vezes disfarçadas em pontos de vista morais laicos. A verdade é que não são poucos os Estados e governantes no mundo que permanecem adotando posicionamentos religiosos como orientações de suas ações, mesmo que o fato represente franca desorientação do caráter laico do Estado moderno e inegável atentado à democracia. No desespero da reação conservadora, agressões inimagináveis são proferidas contra gays, lésbicas e transgêneros como absolutamente legítimas. Em declaração recente, o papa Bento XVI, apelando a uma aliança entre religiões,

assim se pronunciou: “atentar contra a autêntica forma da família, constituída por um pai, uma mãe e uma criança (...) coloca em jogo a própria espécie humana e o ser humano”. Sem mais, os homossexuais são transformados em perigosos destruidores da humanidade.

O curioso é que, sendo as religiões beneficiárias do caráter laico do Estado, ao este assegurar a liberdade de crença religiosa, sem obstáculo a nenhuma delas, mas sem filiar-se a nenhuma, sejam elas próprias que apelem, ao Estado a-religioso, para que neguem direitos a homossexuais e mulheres, fundamentando seus apelos em morais religiosas particulares. Mas que uma contradição, é má-fé pública.

Na atualidade, não são razões científicas nem legais, mas religiosas o que permanece sendo o obstáculo aos Estados contemporâneos de implantarem os direitos gays. E é isso que se torna o desafio aberto mais claro para a instituição de verdadeira laicidade. E aqueles que se apresentam oferecendo “fundamentação científica” para seus pontos de vistas, como têm sido os casos de certos psicólogos, psicanalistas, pedagogos, entre outros, estes não fazem senão tentar disfarçar o moralismo conservador como ciência. O exemplo mais claro é o posicionamento de certos psicólogos e psicanalistas que se colocam contra a adoção de crianças por casais gays, alegando que crianças necessitam, para sua estruturação psíquica, ser educadas por um homem e por uma mulher, caso contrário serão submetidos a uma mentira: a união homossexual, negando para a criança sua origem biológica numa relação heterossexual, negando sua “dupla origem”, negaria a diferença sexual na qual a sociedade humana estaria baseada, diferença culturalmente referenciada e simbolizada, mas diferença instalada pela natureza. Diferença que é a base da vida, da geração, mas igualmente dos papéis paternos e maternos, das gerações etc. Daí também donde surge a teoria do complexo de Édipo e quejandos... O que parece ser uma explicação científica (de uma verdade universal e transcendental, de um dado da realidade que uma apurada ciência é capaz de trazer ao conhecimento de todos), no fundo, não passa de expressão de um temor conservador: o medo da transformação social, do nascimento de novas instituições sociais, o pavor com o fim de convenções sociais e históricas e sua substituição por novas convenções capazes de construir e instituir novos modos de relações, novas práticas sociais e novas leis e moralidades. No tocante à adoção por gays, o que a falácia psicanalítica esconde é que a criança humana o que necessita é de outros seres humanos socializados que possam tomá-la a seu

encargo, dando-lhe afeto e direção, fazendo-a compartilhar as significações sociais que constituem o sentido da realidade em sua cultura. Não importa que esses seres humanos sejam heterossexuais, homossexuais, bissexuais ou transgêneros, solteiros ou casados. Ainda, esconde que a chamada diferença sexual é uma construção cultural, valendo-se de dados biológicos, não existindo o que quer que seja em ciência que possa atestar que esta dita diferença seja essencial na estruturação do psiquismo humano. Aqui, quando temos uma pretendida universalidade (o ser humano genérico, o psiquismo humano único) desconstruída na pesquisa antropológica, que fartamente ilustra a diversidade cultural das sociedades humanas. Algumas delas para as quais as figuras de pai e de mãe, como o par simbólico da diferença sexual, sequer existe, nalgumas delas não havendo a instituição do casamento monogâmico, noutras nenhuma forma de casamento e em várias nas quais as relações homossexuais estando inteiramente integradas à ordem simbólica.

Seja no Brasil, seja em outras partes do mundo, pelo que lutamos é pelo fim dos preconceitos em torno das sexualidades discordantes do heterossexismo dominante, fundado na ideologia da heterossexualidade obrigatória. Preconceitos que são todo o fundamento do moralismo conservador que sustenta posicionamentos jurídicos, religiosos e pseudocientíficos. A luta contra o preconceito é uma luta que passa principalmente pela educação, por enfrentamentos na esfera cultural. É nessa perspectiva que a Bagoas, preservando seu projeto acadêmico, continuará na sua vocação crítico-militante.

Em sua oitava edição, trazemos trabalhos de pesquisa e reflexões que constituem retratações da vida, das relações sociais e da dimensão simbólica que espelham o cotidiano de gays, lésbicas e transgêneros, na perspectiva de autores e autoras cujo olhar busca enxergá-los a partir do que estes dizem de si, mas do que dizem as normas, os discursos de poder, as instituições. E notadamente olhares que refutam o preconceito vil que mais não faz que atentar contra a vida de milhares de pessoas, que, decididas ao exercício de sua autonomia erótico-sexual, lutam também por igualdade jurídica e reconhecimento social.

Alípio de Sousa Filho

*Editor*